



Riqueza e escravidão em uma localidade da Zona da Mata Mineira: Santa Rita do Turvo na segunda metade do XIX

Fernando Antonio Alves da Costa¹

Introdução

A recuperação sucinta das trajetórias de vida, especialmente dos aspectos concernentes à constituição da riqueza, de três indivíduos que viveram, se relacionaram e, principalmente, produziram e acumularam riqueza na segunda metade dos Oitocentos em Santa Rita do Turvo servirá de incursão pelo tema abordado neste capítulo.

Joaquim Alves Ladeira é o primeiro personagem que terá sua trajetória brevemente tematizada. Começamos pelo final. Faleceu aos treze dias do mês de agosto do ano de 1857, na freguesia de Santa Rita do Turvo. Ainda no mesmo ano, no dia 1 de dezembro, deu-se a abertura de seu inventário, tendo sua esposa, D. Francisca Antônia de Paiva, como sua inventariante. Ladeira foi pai de 10 filhos, 5 homens e 5 mulheres. Destes, somente dois já eram casados em 1857, Francisco Alves Ladeira e Ritta Antônia de Paiva. A filha mais nova, a pequena Margarida, contava com somente um ano de idade quando da morte de seu pai.

A julgar pelos bens que possuía quando faleceu, Ladeira foi um próspero produtor agrícola da localidade, complementando suas produções com outras atividades também ligadas ao meio agrário. Embora conste entre suas posses uma “porção de terras de cultura em sítio que foi de Manoel Marques” e “uma pequena parte de terras de cultura de inferior qualidade, havida por herança dos finados Ubaldo Martins Paiva e D. Bernarda”, esta última localizada na freguesia do Piranga, tudo indica que Ladeira estruturou toda sua vida em torno de sua propriedade na fazenda São Joaquim, localizada na freguesia de Santa Rita do Turvo. Lá estavam sua residência, as terras nas quais produzia, a mão de obra com a qual contava, os equipamentos que asseguravam as condições necessárias para o funcionamento de sua unidade produtiva além dos seus principais itens de ordem doméstica. Além de contar com uma área destinada ao cultivo de culturas, avaliada como

¹ Doutorando do Programa de Pós Graduação em História Econômica da FFLCH/USP e membro do *Hermes e Clio*, núcleo de pesquisa em História Econômica da FEA/USP. O trabalho apresentado faz parte de um estudo mais amplo que conta com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado São Paulo (Fapesp). E-mail: fernandoalves_costa@hotmail.com.



o item mais valioso de seu patrimônio, a propriedade era ainda equipada com diversas outras benfeitorias, tais como uma morada de casas de sobrado, paiol, senzala, moinho, monjolo, engenho de cana e pasto. Sua força de trabalho era composta por 23 escravizados, sendo 12 homens e 11 mulheres. Toda esta estrutura permitia-lhe produzir culturas variadas, cana, milho, e criar um rebanho composto por 35 animais entre muares, bovinos e equinos. Além disso, produzia alguns derivados da cana de açúcar, atividade evidenciada pela presença do engenho entre seus bens imóveis e de um alambique e formas de ferro entre seus bens móveis.

Quando faleceu, Joaquim Alves Ladeira acumulava uma considerável fortuna, Seu patrimônio, incluídas as posses acima mencionadas, alcançou o montante de Rs 39:418\$980. Entretanto, mais importante neste momento que a singularidade de sua grande riqueza, pelo menos para os padrões da localidade com qual estamos trabalhando, o que evidencia tratar-se de região carente de grandes potentados, foram às estratégias de investimento utilizadas por Ladeira com vistas à manutenção e ampliação de sua riqueza. De todo o seu patrimônio, a soma dos dois grupos de ativos mais representativos, escravos e imóveis, significou algo em torno de 90% de toda a sua fortuna. Dessa forma, restava somente pouco mais de 9% para os outros grupos de ativos: móveis, animais, dinheiro e dívida ativa. Somente em escravos Ladeira concentrava aproximadamente 68% de seus bens, ou seja, Rs 27:050\$000 de toda a sua riqueza estavam alocados em cativos².

Em termos comparativos, o capitão Paulo José de Miranda levou uma vida mais simples em relação ao agricultor Ladeira, pelo menos a julgar pelo patrimônio declarado quando de seu falecimento. É este o segundo personagem alvo de nossa incursão inicial. A soma dos bens arrolados em seu inventário alcançou algo próximo a 13% da riqueza de Ladeira. Em termos mais precisos, acumulava Rs 4:969\$280 quando faleceu. Ainda no ano de sua morte, datada de 1º de setembro de 1861, D. Joanna Maria de Jesus, sua viúva, recebia o “juramento dos Santos Evangelhos” como sua inventariante.

Embora não estivesse entre os inventariados com menores cabedais do período, considerando o total de seu patrimônio inventariado o capitão provavelmente levou uma vida modesta. Entretanto, além de ostentar a patente de capitão, o que por si só era um elemento de diferenciação que conferia distinção, exerceu a prática, pouco comum entre os menos abastados, de dotar suas filhas quando de seus casamentos.

² Inventário de Joaquim Alves Ladeira (1857). Arquivo do Fórum Artur Bernardes, Viçosa/MG.



Além de residir na fazenda na qual faleceu, em uma “casa de vivenda térrea e ordinária”, produzia nesta mesma unidade o gênero mais comum no período. Quando de seu inventário foi declarado um considerável estoque de “oito carros de milho”. Contava com uma escravaria de 4 cativos, dentre os quais um casal descrito como velhos e com baixo valor de avaliação, Rs 200\$000 cada um. Embora não possamos afirmar com certeza quem exercia o ofício de ferreiro, se o próprio capitão, algum de seus cativos ou um dos herdeiros, o certo é que a atividade estava presente na fazenda, em paralelo com a atividade agrícola, uma vez que esta contava com uma “casa em que está a tenda de ferreiro” e, entre os bens móveis, “uma tenda de ferreiro velha”³.

Embora fiquem salientes as diferenças dos dois casos acima, expressas pela diferença do monte, da posse cativa, das habitações, entre outros aspectos, um elemento em particular denota bastante similaridade. A representatividade dos grupos de ativos na composição do patrimônio do capitão Paulo José de Miranda era bastante semelhante, embora em um nível de riqueza muito inferior, ao do primeiro caso apresentado. Os grupos de ativos móveis, animais, dinheiro e dívida ativa permaneciam bastante inexpressivos. Somados, estes itens foram responsáveis por menos de 8% de toda a sua riqueza. Escravos e imóveis significavam mais de 90% de seu patrimônio, deixando transparecer, de forma inequívoca, semelhante estratégia de alocação de bens, ainda que pesem os distantes níveis de riqueza entre os dois personagens até aqui evidenciados. Embora com uma mínima redução da participação do ativo escravos, algo próximo de 64% de sua riqueza estava comprometida em cativos, e um também mínimo aumento do ativo imóveis, que neste caso comprometia pouco além de 29% do montante de sua fortuna, a composição da riqueza do capitão Paulo José de Miranda era bastante próxima, em termos relativos, à de Joaquim Alves Ladeira

A terceira personagem que recuperamos nesta incursão introdutória foi D. Maria de Lima de Jesus. Falecida na freguesia de São Sebastião dos Afflictos, Vila de Santa Rita do Turvo, em 9 de novembro de 1876, teve como inventariante seu genro, Manoel José Gomes. A abertura de seu processo de inventário deu-se no ano seguinte, requisitado que foi por Jacintho Gonçalves de Andrade. Em um caso bastante peculiar, embora não único na documentação que compulsamos, Andrade comprou dos herdeiros José Domingos e Severino Alves os direitos no espólio da inventariada, tornando-se cessionário no processo. As motivações que levaram estes herdeiros a venderem suas respectivas partes, obviamente por valor menor do que tinham direito por legítima,

³Inventário de Paulo José de Miranda (1861). Arquivo do Fórum Artur Bernardes, Viçosa/MG.



caso contrário não haveria lógica na ação do comprador, provavelmente refletia uma necessidade premente de suprir gastos imediatos, uma vez que os trâmites do inventário por vezes se alongavam bastante. Por si só esta curta passagem demonstra estarmos tratando de um patrimônio distante dos mais elevados níveis de acumulação de riqueza.

Quando de seu falecimento D. Maria de Lima de Jesus amealhava um patrimônio de Rs 3:590\$000, valor que seria partilhado entre seus 5 herdeiros. O sustento da família devia ser obtido pela exploração dos vinte alqueires de “terras de cultura” localizados na Fazenda Santiago, situada na freguesia de São Sebastião dos Afflictos. Exclusive os cativos, este era seu bem de maior monta. Para executar os trabalhos nesta propriedade, D. Maria contava com a mão de obra de seus 3 cativos descritos como roceiros. Além destes, possuía uma quarta escrava, sem ocupação descrita. Não é possível saber se a fazenda Santiago acumulava as funções de unidade produtiva e moradia da inventariada, uma vez que também possuía metade de uma casa no arraial de São Sebastião dos Afflictos.

Observando especificamente a composição do patrimônio de D. Maria de Lima de Jesus, nada de estranho observamos, pelo menos a julgar pelo que foi acima descrito em relação a este aspecto dos indivíduos anteriormente abordados.

Não obstante a observância dos diferentes níveis da riqueza inventariada entre os três indivíduos abordados, que nos fizeram posteriormente enquadrá-los em diferentes níveis de riqueza, as disparidades aí se encerram, pelo menos no tocante as estratégias de alocação de riqueza. Quando vista mais de perto, a composição patrimonial de D. Maria de Lima de Jesus mostra-se bastante similar aos dois casos anteriormente tematizados, pelo menos considerando-se seus bens apresentados em inventário. A inexpressividade dos ativos móveis, animais, dinheiro e dívida ativa permanece. No caso em questão, a concentração em escravos e imóveis alcança a quase totalidade da sua riqueza. Entretanto, assim como no patrimônio do capitão Paulo José de Miranda, podemos observar uma queda da representatividade do ativo escravos e uma elevação da participação dos bens imóveis. Este processo deu-se de forma mais perceptível do que em relação à comparação dos dois casos anteriormente analisados. De todo o seu patrimônio inventariado, D. Maria de Lima de Jesus alocou algo próximo da metade de sua riqueza em escravos, o equivalente a 52%. Por sua vez, os bens imóveis foram responsáveis por mais de 43% de suas posses⁴.

⁴ Inventário de Maria de Lima de Jesus (1876). Arquivo do Fórum Artur Bernardes, Viçosa/MG.



Os três casos sumariamente abordados nas linhas iniciais deste capítulo não foram meramente exemplos ilustrativos de indivíduos que viveram, produziram, acumularam riqueza e que foram inventariados ao longo da segunda metade do século XIX em Santa Rita do Turvo. Ao elegermos estes três indivíduos, buscamos ultrapassar o mero casuísmo, apresentando três casos que expressaram uma tendência do padrão de composição e acumulação da riqueza que foi inventariada em Santa Rita do Turvo. Como aprofundaremos em seguida, tendência esta que pouco se alterou com o passar dos anos compreendidos no intervalo 1850/79. A inexpressividade de bens móveis, animais, dinheiro e dívida ativa caracterizou-se como elemento constante. Constatamos somente uma tímida elevação da participação dos imóveis em contrapartida com uma também tímida redução da participação dos cativos no conjunto da riqueza inventariada. Entretanto, a soma destes dois grupos de ativos permaneceu sempre com índices bastante elevados, superiores a 85%.

O espaço em análise: Santa Rita do Turvo - uma localidade fora dos grandes circuitos de agro exportação

Situada na porção leste de Minas Gerais, estabelecendo fronteira com o Rio de Janeiro (ao sul e sudeste) e com o Espírito Santo (a nordeste), quando comparada com as áreas de mineração mais antigas, concentradas próximas ao centro da província, a Zona da Mata Mineira foi ocupada e explorada em período tardio. Alguns motivos concorreram para este “atraso”. Em primeiro lugar, nela habitava grande contingente de povos indígenas, entre eles os temidos botocudos, muitos dos quais hostis à presença de estranhos. A densa floresta, típica da região, foi outro fator que serviu como empecilho para sua exploração, constituindo-se como uma verdadeira barreira natural de difícil transposição. Somente uma motivação bastante premente justificaria a incursão por tão tortuosos caminhos. Como não foram encontradas riquezas minerais em suas redondezas, tal necessidade não se configurou. Por fim, outro aspecto que dificultou e tornou mais tardia a ocupação da Zona da Mata Mineira foi à proibição, por parte da coroa, do estabelecimento de unidades produtivas e de núcleos de povoamento, temerosa dos descaminhos que o ouro poderia



tomar em seus inóspitos caminhos. Na visão do estado, a região seria a rota perfeita para a fuga do ouro, tão desconhecida e perigosa que era.⁵

Embora a construção do *Caminho Novo* tenha facilitado o surgimento de pousos, roças e ranchos na região da Mata Mineira, como reflexos da demanda gerada por viajantes e tropeiros que passaram a trafegar por esta rota, as atividades produtivas e mercantis surgidas deste processo não alcançaram grande expressividade. Somente no meado do século XIX, com a expansão da lavoura cafeeira na porção sul da Mata Mineira foi que o processo de ocupação e exploração da região potencializou-se decisivamente. Mônica Oliveira sustenta que para o sucesso do cultivo da rubiácea na região concorreu decisivamente uma acumulação prévia de capitais, baseada em redes de circulação mercantil, efetivadas em áreas externas à Zona da Mata Mineira, embora internas à província, especificamente no Centro e nas Vertentes.⁶ Com a crise da produção aurífera e a consequente dispersão populacional decorrente deste processo, a Zona da Mata passou a ser alvo de uma busca por melhores terras para a lavoura.⁷

Inserida nesta área de difícil e tardia ocupação e exploração econômica se encontrava Santa Rita do Turvo, localidade objeto deste estudo. Não obstante todos os apontamentos acima, a localidade fez parte do trajeto de dois bandeirantes que exploraram a região à caça de índios e ouro. Sobre a primeira destas bandeiras, a de Antônio Rodrigues Arzão, existem controvérsias acerca de sua efetiva realização. No entanto, aceita-se que tenha sido o primeiro a desbravar aquelas paragens, ainda em 1693. Em 1780, época na qual a busca por novas regiões auríferas intensificava-se ainda mais em função do escasseamento da produtividade das zonas mais antigas, quando D. Rodrigo José de Menezes assumiu o governo da capitania de Minas Gerais, outra bandeira em busca de ouro passou pela região. Desta vez liderada pelo padre Manoel Luiz Branco. As esperanças de novos achados concentravam-se principalmente em dois importantes rios da região, o Casca e em um de seus afluentes, o Sant'Anna. Tamanhos eram o desespero e a esperança de novos achados que, no ano seguinte, o próprio governador fez parte de uma investida sobre a região que buscou

⁵ REZENDE, Irene Nogueira de. *Negócios e participação política: Fazendeiros da Zona da Mata de Minas Gerais (1821-1841)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2008, p.39-70.

⁶ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870*. Bauru: Edusc, 2005, p.39-40.

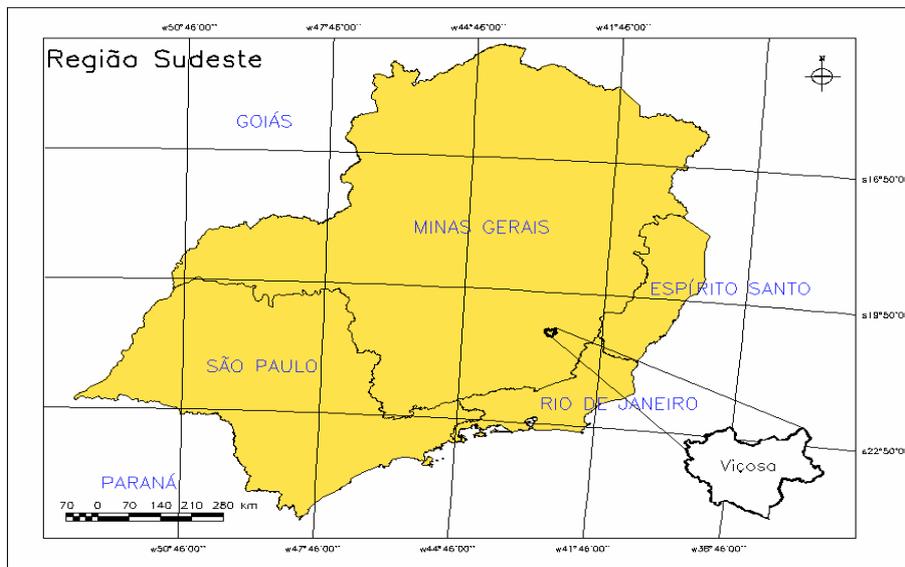
⁷ PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. *Viçosa – mudanças sócio culturais: evolução histórica e tendências*. Viçosa/MG: Imprensa Universitária, 1990, p.51.



reconstituir os passos do padre Manoel Luiz Branco.⁸ Entretanto, não existem evidências de que os achados na região tenham sido minimamente recompensadores.

O mapa 1 apresenta e destaca o atual município de Viçosa, originário da antiga freguesia sede da vila de Santa Rita do Turvo, situando-o no contexto de Minas Gerais e do sudeste brasileiro.

Mapa 1: Atual localização de Viçosa dentro do sudeste brasileiro



Fonte: SILVA, Joisceany Moreira Ferreira da. *Utilizando SIG como ferramenta na produção de um mapa digital*. Monografia (bacharelado em Geografia) – Depto. de Artes e Humanidades, UFV, Viçosa/MG, 2006, p.11.

O estudo da riqueza como instrumento para análise das formações sociais e econômicas do passado brasileiro

Já somam-se em quantidade bastante apreciável os estudos que abordaram a temática da riqueza das sociedades de nosso passado Colonial e Imperial. Desde o pioneiro estudo de Alcântara Machado acerca da constituição dos patrimônios dos habitantes da São Paulo Colonial, marcada pela pobreza e rusticidade dos seus primeiros desbravadores⁹, muitos outros se seguiram abarcando temática similar. Outras regiões e períodos tiveram a composição e a evolução da riqueza de suas

⁸ PANIAGO, Op. Cit., p.49-51

⁹ MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. 1ª ed., 1929. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.



populações contempladas. Assim como no estudo de Machado, as análises que objetivaram a contemplação deste tema fundamentaram-se principalmente em dados fornecidos por grandes séries documentais de inventários *post-mortem*. Por sua natureza, este tipo de documento permitiu que os pesquisadores acessassem os bens que constituíram os patrimônios dos indivíduos de diferentes espaços e tempos das sociedades pretéritas. Tomados em séries longas, mais do que evidenciar a riqueza privada de indivíduos particulares, os inventários permitiram recuperar as variações da composição da riqueza das sociedades nas quais estes estavam inseridos, reflexos dos movimentos das conjunturas econômicas dessas próprias sociedades.

Não obstante o pioneirismo de *Vida e morte do bandeirante*, de Alcântara Machado, o tom das posteriores análises historiográficas acerca riqueza com base na recuperação de longas séries de inventários *post-mortem* foi dado por Zélia Cardoso de Mello em *Metamorfoses da Riqueza*. Neste estudo, a abordagem qualitativa da documentação, uma das marcas da análise de Machado, foi substituída por procedimentos metodológicos de quantificação dos informes coletados, o que não implica afirmar uma rejeição ou um abandono em torno de uma análise qualitativa dos dados quantificados.¹⁰

Mais do que a mera circunscrição ao tema da riqueza propriamente, os estudos que contemplaram esta temática traçaram um objetivo mais amplo: apreender as alterações e as permanências estruturais enfrentadas pelas organizações econômicas das sociedades em estudo. Mudanças estas manifestas nas dinâmicas das formas de riqueza. Disso resulta que estudar a composição e a evolução da riqueza de parte dos indivíduos de uma sociedade, aqueles que foram inventariados, permite uma caracterização geral acerca dos principais movimentos da estrutura econômica da localidade na qual estes estão inseridos. O tipo de atividade predominante, a dimensão e o direcionamento dos fluxos mercantis, ou até mesmo se estes existiram, os níveis de acumulação de riqueza possíveis, a valorização de determinados artigos e, em contraposição, a depreciação de outros, o tipo de mão de obra vigente, são alguns dos vários aspectos que as análises da composição e da evolução da riqueza de uma sociedade permitem esquadrihar, o que resulta em uma caracterização geral do tipo da que aludimos anteriormente.

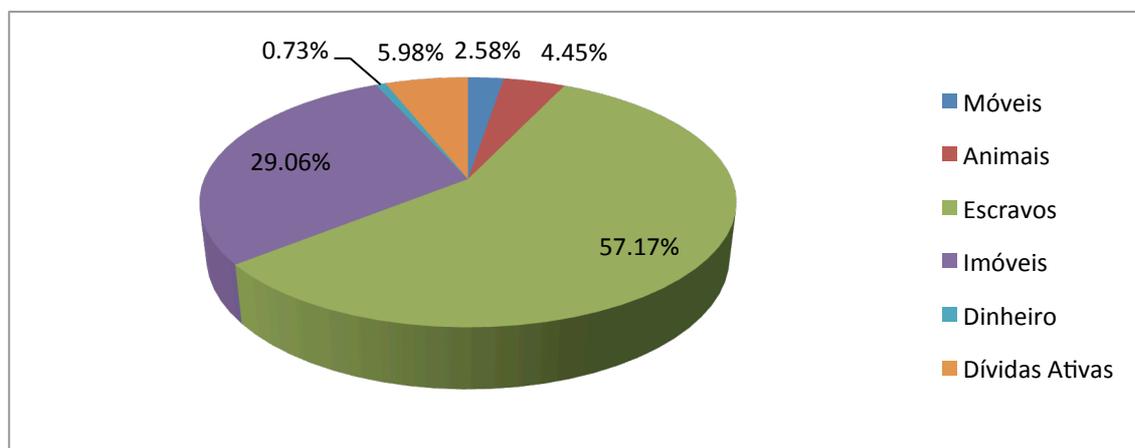
Riqueza e escravidão em Santa Rita do Turvo entre 1850/79

¹⁰MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da Riqueza*: São Paulo, 1845/1895. São Paulo: Hucitec, 1990.



Os dados de composição relativa da riqueza inventariada na localidade em questão durante o longo período 1850/79 conferem uma visualização geral do cenário econômico de Santa Rita do Turvo ao longo das três décadas consideradas. A tendência que destacamos na parte introdutória deste texto, aquela dedicada a apreciação de três casos em particular, é claramente expressa ao observarmos os dados gerais da localidade (gráfico 1). Escravos e imóveis somados compunham mais de 86% de toda a riqueza inventariada no período. A soma de todos os outros grupos de ativos representava menos de 14% dos bens dos indivíduos inventariados da localidade.

Gráfico 1: Composição da Riqueza em Santa Rita do Turvo 1850/79



Fonte: Arquivo do Fórum Artur Bernardes, Viçosa/MG.

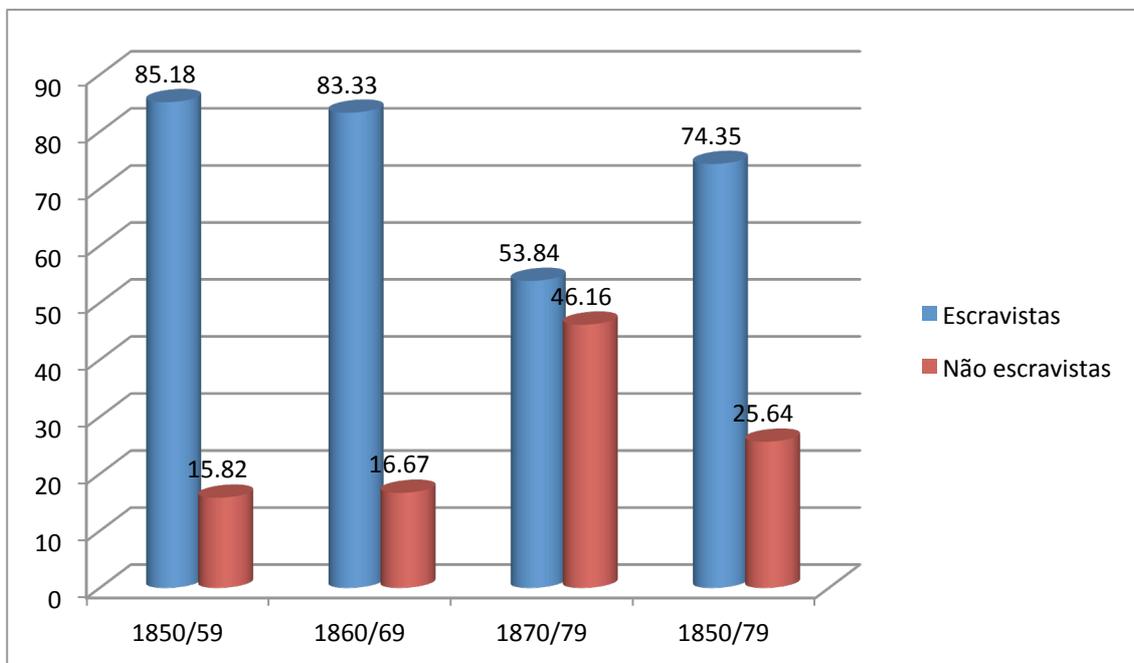
Passemos agora a analisar o grupo de ativo mais relevante na composição da riqueza dos inventariados de Santa Rita do Turvo entre 1850/79. Ao longo destes trinta anos, 57,17% de toda a riqueza inventariada estava alocada em cativos. O gráfico 2 apresenta a participação dos escravistas entre os inventariados de Santa Rita do Turvo. Optamos por apresentar os índices por décadas e para o período como um todo.

Considerado todo o recorte temporal, a disseminação da posse cativa entre os inventariados se mostrou menor do que em outras localidades. Lembremos que a análise da posse cativa via inventários pode enviesar bastante os indicadores. Estamos abordando um segmento da população que não serve de amostragem para a população como um todo, uma vez que se tratam de indivíduos privilegiados materialmente, que possuíam algo a deixar com valor mercantil. Embora os



escravistas, justamente por contarem com um bem valioso, fossem obrigados a abrir inventários, não é difícil imaginarmos uma realidade pretérita na qual o estado contava com poucos recursos materiais e humanos para fazer valer esta obrigatoriedade. Para o caso em análise, uma área distante de centros administrativos, marginal em relação aos eixos da agro exportação e situada nos rincões de uma montanhosa região de Minas Gerais, esta precariedade da presença do estado provavelmente foi ainda mais sentida. Dessa forma, entendemos que nem todos os proprietários de escravos, ou de qualquer outro tipo de bem, tenham cumprido esta determinação. Seja como for, os indicadores apresentados servem como importante referência.

Gráfico 2: Inventariados escravistas por décadas



Fonte: Inventários Arquivo do Fórum Artur Bernardes, Viçosa/MG.

Entre 1850/79, 3/4 dos inventários arrolaram pelo menos um cativo entre seus bens. Quando consideradas as décadas separadamente, observamos que os índices se mostraram bastante próximos em 1850/59 e 1860/69, com valores superiores a 83%. Entretanto, em 1870/79 a representatividade dos escravistas entre os inventariados passa a significar pouco mais de 53%. Dessa forma, constatamos que na penúltima década da escravidão, somente pouco mais da metade dos inventariados tinham parte do patrimônio alocado em escravos. Com o prosseguimento da



pesquisa e com incorporação dos dados relativos à última década da escravidão no Brasil teremos subsídios para avaliar se este declínio permaneceu ou se acentuou ainda mais.¹¹

Após verificarmos a disseminação dos inventariados escravistas ao longo das três décadas em foco, analisamos como a posse de cativos se distribuía entre os proprietários de Santa Rita do Turvo de acordo com o tamanho dos plantéis. Uma vez mais optamos por apresentar os dados desagregados por décadas e também para todo o período. Dessa forma, na tabela 1 apresentamos a distribuição de escravistas e de escravos com base em faixas de tamanho dos plantéis.

Tabela 13: Distribuição da posse cativa segundo FTP* e por décadas

Escravistas								
FTP	1850/59		1860/69		1870/79		1850/79	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
1	3	6,5	2	10,0	5	23,8	10	11,5
2 a 5	26	56,5	8	40,0	10	47,6	44	50,6
6 a 10	11	23,9	4	20,0	3	14,3	18	20,7
11 a 20	4	8,7	4	20,0	3	14,3	11	12,6
> 20	2	4,3	2	10,0	0	0,0	4	4,6
Total	46	100,00	20	100,00	21	100,00	87	100,0

Escravos								
FTP	1850/59		1860/69		1870/79		1850/79	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
1	3	1,0	2	1,1	5	4,7	10	1,7
2 a 5	87	29,3	27	14,3	31	29,2	145	24,5
6 a 10	86	29,0	34	18,0	21	19,8	141	23,8
11 a 20	51	17,2	56	29,6	49	46,2	156	26,4
> 20	70	23,6	70	37,0	0	0,0	140	23,6
Total	297	100,0	189	100,0	106	100,0	592	100,0

* Faixas de tamanhos de plantel

Fonte: Inventários Arquivo do Fórum Artur Bernardes, Viçosa/MG.

¹¹ Em nossa pesquisa de doutoramento expandimos o recorte temporal por toda a segunda metade do século XIX, bem como incluímos diversas outras questões negligenciadas neste artigo, tais como a demografia dos escravizados e dos livres da localidade, o estudo verticalizado de todos os grupos de ativos que compuseram a riqueza dos inventariados da região e a dimensão do mercado da localidade.



No período considerado em seu todo, observamos que a posse unitária teve considerável participação, tendo sua representatividade crescido bastante ao longo das décadas. Entre 1870/79 quase 1/4 dos escravistas inventariados possuíam um único escravo. No entanto, o tamanho de posse predominante entre os inventariados de Santa Rita do Turvo foi o pequeno plantel, de 2 a 5 escravos. Praticamente 5 entre 10 proprietários de cativos contavam com escravarias dentro desta faixa. Nas três décadas em tela esta foi à faixa de tamanho de plantel mais representativa. Se somarmos as duas menores faixas de plantel, temos que 6 entre 10 escravistas da localidade possuíam entre 1 e 5 cativos.

Na Santa Rita do Turvo entre 1850/79, 1/5 dos escravistas possuíam posses médias, consideradas aquelas entre 6 e 10 escravos. Entretanto, ressaltamos que esta faixa de plantel conheceu um declínio constante, evidenciado pelos dados desagregados por décadas. As posses grandes, 11 a 20, alcançaram uma representatividade próxima à posse unitária. Por sua vez, como seria fácil projetar para uma economia com as características da que estamos visualizando até este momento da pesquisa, as posses muito grandes eram bastante incomuns, com menos de 5% dos proprietários com escravarias superiores a 20. Para a última década inclusive, nenhum escravista possuía um plantel deste patamar.

A mesma tabela 1 permite ainda visualizar a distribuição dos cativos pelas faixas de plantel. Considerado todo o período, somente 1,7% teve a experiência de viver como o único escravo de seu proprietário. Excetuando-se estes, a distribuição da escravaria apresentou uma representatividade quase que uniforme e relativamente desconcentrada. Cada uma das outras faixas de plantel incorporou algo próximo a 1/4 dos escravizados. Porém, esta representatividade para o período todo encobre momentos nos quais houve maior concentração de escravos em determinada faixa de plantel. Na década de 1870/79, por exemplo, 46,2% dos cativos estavam em grandes plantéis. Na década de 1860/69, 37% viviam em plantéis muito grandes.

A tabela 2 apresenta a posse cativa por faixa de riqueza por décadas e para o período como um todo. Uma vez mais chamemos atenção para as limitações do estudo da posse cativa por intermédio dos inventários. Os critérios para a definição das faixas de riqueza dos inventários não obedeceram questões muito objetivas, mesmo porque não encontramos um padrão entre os pesquisadores que se debruçaram sobre o tema em diferentes períodos e locais do passado brasileiro. Cada qual buscou lidar com peculiaridades próprias das áreas e localidades analisadas. Assim, estabelecemos, de forma um tanto subjetiva, 4 faixas de riqueza que nos parecem segmentar



de forma razoavelmente eficaz os grupos de inventariados que analisamos. A primeira faixa de riqueza incorpora os inventariados com menores patrimônios, até Rs 1:000\$000. Aqueles que acumularam ao final de suas vidas posses entre este valor até Rs 5:000\$000 compõem a segunda faixa de riqueza estabelecida. Deste montante até Rs 10:000\$000 estão os inventariados da terceira faixa de riqueza. Por fim, os patrimônios superiores a Rs 10:000\$000, os mais ricos inventariados da localidade, formam a quarta e última faixa de riqueza.

Tabela 2: Grupo de ativo escravos- Posse média por década e faixa de riqueza*

	1850/59	1860/69	1870/79	1850/79
1ª faixa de riqueza	1,5	X	1,0	1,4
2ª faixa de riqueza	3,6	2,6	2,0	3,1
3ª faixa de riqueza	7,5	6,3	4,8	6,6
4ª faixa de riqueza	14,3	14,7	12,2	14,0
Posse Média	6,3	9,5	5,1	6,7

Fonte: Inventários consultados no Arquivo do Fórum Artur Bernardes, Viçosa/MG.

*Considerados somente os inventariados escravistas, aproximadamente 75% dos casos.

Entre 1850/79 a posse média verificada entre os inventariados escravistas foi de 6,7 cativos. Entre os inventariados da primeira faixa de riqueza, com patrimônios inferiores a Rs 1:000\$000, verificamos a presença cativa em somente 35,7% dos processos. Considerados somente os escravistas, a posse média neste segmento correspondeu a 1,5.

Na segunda faixa de riqueza constatamos que os escravos fizeram parte da composição patrimonial de 66,1% dos inventariados com riqueza entre Rs 1:000\$000 e Rs 5:000\$000. Estes possuíram em média 3,1 cativos. Vicente Rodrigues Valente, falecido em 1858 na freguesia de Santa Rita do Turvo, foi o único inventariado incluído na terceira faixa de riqueza que não teve ao menos um escravo arrolado entre seus bens. Quase metade de seu monte mor, no valor de Rs 9:739\$440, era composto por dívidas ativas¹². Assim, 95% dos inventariados que possuíam riqueza entre Rs 5:000\$000 e Rs 10:000\$000 tiveram pelo menos alguma parte de seu patrimônio alocada em cativos. A posse média deste segmento foi de 6,6 cativos.

¹² Inventário de Vicente Rodrigues Valente (1858). Arquivo do Fórum Artur Bernardes, Viçosa/MG.



Entre os possuidores de riqueza superior a Rs 10:000\$000 todos tiveram escravos entre os bens arrolados em seus inventários. Em média estes possuíram 14 cativos. Exceção feita para a quarta faixa de riqueza na passagem da década de 1850/59 para a de 1860/69, observamos uma tendência de queda da posse média de cativos ao longo das décadas para todas as faixas de riqueza.

Feitas estas considerações gerais sobre escravos e escravistas na Santa Rita do Turvo entre 1850/79, persistimos na análise por faixas de riqueza. Poderemos assim alcançar uma melhor caracterização do tipo de escravo que compunha cada uma destas faixas. Escolhemos duas variáveis que contribuíram para alcançar este objetivo: os preços dos cativos e a concentração por gênero, a razão de sexo.

Na tabela 3 indicamos os preços médios dos cativos arrolados entre os bens inventariados em Santa Rita do Turvo tanto para o período 1850/79 como um todo e também desagregados por décadas. Optamos por segmentar os cativos em três grupos etários e por gênero. Observando os dados para o período 1850/79 algumas observações podem ser extraídas. Via de regra, os cativos do sexo masculino tiveram avaliações médias superiores em relação às escravas, embora possamos observar uma única exceção para o período 1860/69. Nesta década as cativas com idade superior a 41 anos foram descritas com preço médio superior aos homens componentes deste mesmo grupo de idade.

Os cativos dos escravistas mais ricos, com patrimônios inseridos na quarta faixa de riqueza, superiores a Rs 10:000\$000, foram sistematicamente mais bem avaliados que os cativos dos inventariados com menores montantes de bens. Na verdade, podemos verificar uma tendência de aumento da avaliação dos cativos conforme a elevação da faixa de riqueza. Somente na década de 1870/79 esta relação conheceu uma considerável oscilação entre a terceira e a quarta faixas de riqueza. No entanto, para o período como um todo, em nenhum grupo etário os cativos dos escravistas mais abastados tiveram valor médio inferior aos demais escravos dos outros segmentos de riqueza. Provavelmente isto ocorreria como reflexo de escravarias em melhores condições de trabalho, frutos da ação de escravistas que tinham melhores condições de reposição dos seus plantéis, com menos escravos doentes e aleijados, por exemplo, que recebiam avaliações inferiores.

Tabela 3: Grupo de ativo escravos - Preço médio segundo grupos etários por década e faixa de



riqueza

1850/59						
	0-15		16-40		>41	
	H	M	H	M	H	M
1ª faixa de riqueza	X	X	450\$000	375\$000	X	X
2ª faixa de riqueza	428\$500	414\$411	745\$000	923\$333	300\$000	120\$000
3ª faixa de riqueza	565\$625	535\$000	913\$333	891\$666	300\$000	475\$000
4ª faixa de riqueza	983\$333	1:021\$875	1:658\$695	1:185\$714	590\$625	368\$571
Média	678\$688	630\$272	1:188\$036	987\$021	492\$174	335\$067
1860/69						
	0-15		16-40		>41	
	H	M	H	M	H	M
1ª faixa de riqueza	X	X	X	X	X	X
2ª faixa de riqueza	X	511\$666	575\$000	733\$333	X	X
3ª faixa de riqueza	388\$000	491\$666	1:050\$000	1:600\$000	500\$000	433\$333
4ª faixa de riqueza	838\$000	776\$086	1:288\$888	1:436\$000	627\$272	464\$583
Média	773\$714	682\$000	1:330\$645	1:276\$471	467\$308	585\$714
1870/79						
	0-15		16-40		>41	
	H	M	H	M	H	M
1ª faixa de riqueza	X	X	X	X	X	X
2ª faixa de riqueza	900\$000	X	950\$000	780\$000	383\$750	236\$666
3ª faixa de riqueza	900\$000	625\$000	1:380\$000	925\$000	790\$000	300\$000
4ª faixa de riqueza	831\$111	793\$333	1:187\$500	811\$538	1:037\$500	500\$000
Média	823\$750	656\$667	1:208\$696	786\$636	836\$786	391\$000
1850/79						
	0-15		16-40		>41	
	H	M	H	M	H	M
1ª faixa de riqueza	X	X	450\$000	375\$000	X	X
2ª faixa de riqueza	490\$000	429\$792	692\$500	864\$286	367\$000	178\$333
3ª faixa de riqueza	572\$381	538\$333	1:047\$286	1:082\$609	333\$333	422\$222
4ª faixa de riqueza	892\$381	854\$167	1:437\$121	1:139\$091	647\$917	518\$095



Média 729\$107 651\$286 1:232\$545 1:033\$238 572\$745 429\$429

Fonte: Inventários consultados no Arquivo do Fórum Artur Bernardes, Viçosa/MG.

Além de contarem com escravarias mais diminutas, os inventariados mais pobres tinham suas posses constituídas por cativos “menos produtivos”, se comparados dentro das mesmas faixas etárias com os cativos dos escravistas das faixas de riqueza superiores.

Isto certamente comprometia a força de trabalho destes pequenos senhores. Pelo menos em tese, aqueles escravos que obtiveram avaliações mais altas seriam aqueles em melhores condições para o trabalho. Esta tendência de melhor avaliação dos cativos dos inventariados com maior patrimônio contribui decisivamente para o entendimento da evolução média dos preços dada após década. Se atentarmos que no período 1860/69 foi quando houve maior participação relativa de inventariados na faixa de maior riqueza, mais de 41% dos indivíduos, podemos relacionar esta constatação com o fato de que, nesta década, os escravos mais produtivos, aqueles com idades entre 16 e 40 anos, alcançaram os maiores valores médios, tanto para cativos como para as cativas. Foi entre 1860/69 que as escravas dos dois grupos extremos de idade, as crianças e as idosas, obtiveram maiores valores médios. Talvez isto possa ter ocorrido em função da menor amostragem de que dispomos para o período 1860/69, o que ficará mais claro com a evolução da pesquisa.

Após constatarmos o aumento da valoração dos cativos em consonância com o aumento das faixas de riqueza, apresentamos na tabela 4 a concentração por gênero, expressa pelos cálculos das razões de sexo, dos escravos inventariados em Santa Rita do Turvo entre 1850/79. Novamente optamos por apresentar os dados tanto segmentados por décadas como também para todo o período. Mantivemos ainda as faixas de riqueza, sem deixar de apresentar as médias por décadas.

Tabela 4: Grupo de ativo escravos - Razão de Sexo por faixa de riqueza 1850/79

	1850/59	1860/69	1870/79	1850/79
1ª faixa de riqueza	40,0	X	X	33,33
2ª faixa de riqueza	97,6	22,2	100,0	83,08
3ª faixa de riqueza	95,2	78,6	90,0	90,91
4ª faixa de riqueza	165,1	101,4	125,9	125,17
Média	116,8	82,4	112,8	105,36

Fonte: Inventários consultados no Arquivo do Fórum Artur Bernardes, Viçosa/MG..



Da mesma forma que a análise dos preços dos cativos permite estabelecer uma relação entre aumento do preço médio em consonância com o aumento das faixas de riqueza, a observação da equivalência por gênero permite a constatação de que somente houve predominância de homens entre os plantéis dos inventariados da quarta faixa de riqueza. Os informes para todas as décadas desagregadas e também para o período como um todo, indicam que a primeira, segunda e terceira faixas de riqueza tiveram predominância de mulheres nas escravarias dos senhores inventariados com patrimônios inferiores a Rs 10:000\$000. Lembremos que a análise dos preços médios dos escravos apontou sistematicamente uma avaliação menor para as escravas. Exceção feita para a segunda faixa de riqueza entre 1870/79, década de equilíbrio absoluto entre escravos e escravas, as posses foram desequilibradas em favor do gênero feminino. Os dados da tabela 4 permitem afirmar que nas escravarias maiores, certamente estas constituíam a maioria dos plantéis dos inventariados mais ricos, a distribuição por gêneros inverteu-se. Em nenhuma das décadas tomadas isoladamente ou para o período como um todo, as escravarias dos senhores inventariados da quarta faixa de riqueza teve maioria feminina, embora no período 1860/69 o índice 101,4 seja indicativo de um equilíbrio quase que perfeito.

Como resultado de escravarias maiores com maior representatividade de homens, embora não em termos tão drásticos como verificado em regiões de *plantation*, a razão de sexo média para todo o período aponta uma, embora pequena, maior representatividade de homens em relação às mulheres entre os escravos inventariados em Santa Rita do Turvo entre 1850/79. Década por década, esta tendência somente não prevaleceu entre 1860/69.

Em suma, a análise específica do grupo de ativo escravo indicou uma melhor avaliação, expressa nos valores dos preços médios, dos escravos de acordo com a elevação dos níveis de riqueza. Em relação ao sexo dos cativos, as mulheres predominaram entre as três primeiras faixas de riqueza, ao passo que somente entre as escravarias dos inventariados com maiores cabedais existiu uma concentração, embora não tão incisiva, de cativos do sexo masculino.

Considerações Finais

A alta concentração em imóveis e, principalmente, em cativos da riqueza inventariada dos habitantes de Santa Rita do Turvo na segunda metade do século XIX permite esquadrihar uma



região carente de grandes oportunidades de investimentos e alocação de patrimônio. Neste cenário, a inversão de recursos em escravos, mão de obra fundamental mesmo para uma localidade desta natureza, mostrou-se a principal estratégia, e aquela possível, de alocação de recursos. Dessa forma, mesmo em uma região carente de dinamismo econômico, distante dos centros administrativos, populacionais e produtivos, o vigor da escravidão brasileira fica indubitavelmente exposto. Evidencia-se na medida em que a mão de obra cativa comprometia a parte mais significativa dos recursos dos indivíduos, isto mesmo com um padrão modesto de posse cativa e sem a presença de grandes potentados.

Não queremos com isso afirmar que em localidades com diferentes formatações sócio econômicas, de maior vigor e dinamismo, os cativos também não fossem responsáveis por comprometer significativa parcela dos recursos dos indivíduos. Entretanto, nestas conjunturas, outros grupos de ativos, como por exemplo as dívidas, mostravam-se como importantes possibilidades de investimento, reduzindo assim a parcela alocada na mão de obra escrava.

Para ficarmos em somente um exemplo, próximo do ponto de vista geográfico da região em tela, embora muito distante em relação ao perfil sócio econômico, finalizemos com uma breve comparação com alguns índices da composição da riqueza em Juiz de Fora, localidade que conheceu um abrupto crescimento econômico potencializado pela expansão da cafeicultura, em alguns momentos do período em foco. Nesta localidade, o abrupto desenvolvimento da atividade de cultivo do café em larga escala teve efeitos vigorosos sobre a composição da riqueza de seus habitantes inventariados. Existiram muito mais oportunidades de investimento em uma economia com um grau de dinamismo muito maior. Isto manifestava-se, por exemplo, na grande expressividade das dívidas ativas na composição da riqueza, consistentemente na casa dos 20% na década de 1870, e principalmente na expressividade dos valores do item café no patrimônio dos inventariados: chega a um patamar próximo a 25% no ano de 1876. Neste mesmo ano, a alocação em cativos era pouco maior, representando cerca de 30% da riqueza inventariada. Por esta diversificação toda, que incluía possibilidades de investimentos em ativos como títulos e ações, os níveis de concentração em escravos e imóveis atingiram patamares menores. Por exemplo, na década de 1870/79 representaram 59,3% da riqueza inventariada na localidade de Juiz de Fora.¹³

¹³ ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Fortunas em movimento: Um estudo sobre as transformações na Riqueza Pessoal em Juiz de Fora: 1870-1914*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Economia (IE/Unicamp) Campinas, 2001, p.71-87.



Dessa forma, evidencia-se que os níveis de concentração da riqueza inventariada em Santa Rita do Turvo entre 1850/79 em imóveis e, principalmente, em escravos superavam o patamar de Juiz de Fora, localidade intimamente vinculada com os grandes circuitos de agro exportação. Neste cenário, mesmo sem contar com grande número de escravistas com enormes plantéis, com grande disseminação de posses modestas, mesmo longe dos grandes circuitos agro exportadores, localidades como a que analisamos neste texto estavam intimamente comprometidas com a instituição da escravidão, o que demonstramos ao analisarmos a grande participação que estes tinham como grupo de ativo dentro da riqueza dos seus habitantes inventariados.

Bibliografia

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Fortunas em movimento: Um estudo sobre as transformações na Riqueza Pessoal em Juiz de Fora: 1870-1914*. 2001. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Economia (IE/Unicamp) Campinas, 2001.

LOPES, Luciana Suarez. *Sob os olhos de São Sebastião. A cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto, 1849-1900*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2005.

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX*. Lorena: Editora Stiliano, 1998.

MARTINEZ, Cláudia Marques. *Cinzas do Passado. Riqueza e cultura material no vale do Paraopeba, 1840/1914*. 2006. 314 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da Riqueza: São Paulo, 1845/1895*. São Paulo: Hucitec, 1990.

MERCADANTE, Paulo. *Os sertões do leste. Estudo de uma região: a Mata Mineira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.



PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. *Viçosa – mudanças sócio culturais: evolução histórica e tendências*. Viçosa/MG: Imprensa Universitária, 1990.

REIS, Deborah Oliveira Martins dos. *Teres e deveres, o evolver da riqueza em Araxá. A economia de uma localidade mineira com base em inventários post-mortem, 1776/1888*. 2005. 249 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2005.

REZENDE, Irene Nogueira de. *Negócios e participação política: Fazendeiros da Zona da Mata de Minas Gerais (1821-1841)*. 2008. 254 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VALENTIN, Agnaldo. *Uma civilização do arroz. Agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880)*. 2006. 400 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. 2006.